

OS EFEITOS DAS POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS NA QUALIDADE DE VIDA DO CIDADÃO TOCANTINENSE

Patrícia Pinheiro Alves Feitosa¹, Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira²

¹ Mestranda em Gestão e Desenvolvimento Regional - Programa de Pós-graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional - PPGDR - Universidade de Taubaté – Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro - 12020-040 – Taubaté/SP – Brasil – patty3110@hotmail.com

² Orientador - Professor do Programa de Pós-graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional - PPGDR - Universidade de Taubaté – Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro - 12020-040 - Taubaté/SP - Brasil – edsonaaq@gmail.com

Resumo: O desenvolvimento econômico depende de vontade política e interesse da sociedade, através de políticas públicas adequadas criam-se instrumentos para geração de emprego, renda e redução das desigualdades regionais. Hoje, o Bolsa Família representa o mais importante programa social do governo, atuando na transferência direta de renda. Este artigo visa demonstrar os efeitos deste programa no Estado do Tocantins, como também os indicadores sócio-econômicos, na promoção de uma melhoria da distribuição de renda e redução dos níveis de pobreza no processo de um desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: Políticas Públicas. Bolsa Família. Distribuição de Renda.

Área do Conhecimento: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS.

Introdução

O Estado do Tocantins possui um território único em potencial hídrico, com reservas de água doce favorecendo a produção de energia elétrica e também a navegação, possuindo a maior ilha fluvial do mundo a “Ilha do Bananal”. Faz parte da Amazônia Oriental e é o 9º estado em área territorial e o 3º da região norte. Apesar de uma posição privilegiada ligando o norte ao sul do país, e toda sua condição favorável (clima, vegetação, solo e hidrografia), apresenta índices de desenvolvimento social alarmantes, ocupando a 15ª posição no ranking entre os estados.

Para que haja desenvolvimento e crescimento econômico de uma determinada região é necessário o acompanhamento das políticas públicas orientadas para a promoção da distribuição da renda, onde os indicadores sociais se torna ferramenta essencial no monitoramento e avaliação destas políticas, auxiliando na tomada de decisão.

O objetivo deste artigo é demonstrar os efeitos do programa Bolsa Família e os indicadores sócio-econômicos na melhoria da qualidade de vida da população tocantinense.

Metodologia

A pesquisa teve como base o estudo exploratório e descritivo, quanto aos procedimentos utilizou-se o levantamento, e quanto a abordagem foi aplicado a pesquisa qualitativa.

Os dados utilizados foram arquivos públicos coletados em sites do governo federal e estadual, no qual através de indicadores sócio-econômicos ofereceram condições de avaliar os efeitos das transferências de renda ao Tocantins.

Desenvolvimento regional sustentável

O crescimento econômico de uma região nem sempre condiz com desenvolvimento. Para que haja desenvolvimento deve haver também melhoria na qualidade de vida da população, melhor distribuição de renda, e atendimento adequado a suas necessidades sociais.

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras. (GIANSANTI, 1998).

Giansanti (1988) menciona que a busca do desenvolvimento sustentável requer alguns requisitos:

- sistema político participativo,
- sistema econômico confiável,
- sistema social equilibrado,
- sistema de produção que respeite o meio ambiente,
- sistema tecnológico inovador,
- sistema internacional que estimule o comércio e financiamentos,
- sistema administrativo flexível.

Para que a sociedade gere riqueza e bem-estar a partir de seus próprios recursos é necessário que o Estado possa desenvolver políticas públicas adequadas para equilíbrio das regiões. Dentro

destas políticas públicas está em destaque a política social.

Políticas Sociais no Brasil

As políticas públicas são ações do Estado em resposta às demandas da sociedade.

No Brasil podemos destacar, depois da estabilização da moeda, dois períodos que marcaram o início do trabalho de uma política pública social, voltada não somente para o crescimento mais também para melhoria na qualidade de vida da população: o primeiro de 1995 a 2000, e de 2001 a 2008. No primeiro período as políticas estavam sob três pilares: desregulamentação, descentralização e autonomia e privatização.

Neste período o governo federal priorizou ampliação aos serviços de educação, saúde, previdência e saneamento básico, acreditando então que estes setores iriam melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda, onde o resultado esperado seria: aumento da renda e melhor distribuição, através da maior capacitação do trabalhador. (MORAES, 2010).

Outro recurso adotado foi o incentivo a municipalização do ensino fundamental, onde as prefeituras estando mais próximas das escolas poderiam gerir melhor os recursos, tornando eficiente os gastos públicos neste setor, criando então em 1996, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF.

Segundo Semeghini (2001), o FUNDEF representou um avanço na educação, através dele foi possível ampliar a eficácia dos gastos neste setor, onde, mesmo determinado pela Constituição de 1988, não era suficiente para garantir o financiamento adequado.

Na saúde foram criados os programas: Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa do Agente Comunitário da Saúde (PACS), ampliando também as fontes de financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS), criando então a CPMF, fixando também receitas mínimas para a saúde. (DRAIBE, 2003).

Outros programas também foram criados durante este período: Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Comunidade Solidária, Programa de Ação Social de Saneamento (PASS), Programa Habitar Brasil e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. (MORAES, AVILA e SILVEIRA, 2010 apud FAGNANI, 1999). Foram enquadrados no orçamento da política econômica de governo todos estes programas.

Os compromissos assumidos com organismos como Banco Mundial (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) designavam grande parte das receitas públicas ao pagamento de juros da dívida, restringindo assim as políticas públicas de desenvolvimento.

Então, com poucos recursos para as políticas sociais, combinado com baixo crescimento neste período, não houve redução significativa da desigualdade da renda.

O segundo período de 2001 a 2008, é marcado pela política de transferência direta de renda, buscando atender as demandas sociais. Todos os programas de transferência de renda foram unificados num novo programa, o Bolsa Família.

Os recursos do governo gastos com Assistência Social foram majorados no decorrer dos anos, significando melhoria em alguns indicadores sociais, que conforme Moraes, Avila e Silveira (2010), este programa reduz a desigualdade, melhorando a renda dos mais pobres, tornando estes assim menos pobres.

Bolsa Família

Foi criado através da Lei nº 10.836, o Programa Bolsa Família, para atendimento a famílias pobres, através da transferência direta de renda, tendo como objetivos o acesso aos serviços públicos, possuindo três eixos: transferência de renda, acesso a direitos sociais (educação, saúde e assistência social) e desenvolvimento dos beneficiários.

Este programa é descentralizado e compartilhado entre os três entes da federação: Municípios, Estados e Distrito Federal e União, trabalhando em conjunto no aperfeiçoamento, ampliando e fiscalizando a execução do programa. (MDS, 2010).

Conforme dados do governo, em 2009 o atendimento do programa no Brasil chegou a 12,4 milhões de famílias beneficiárias, enquanto que em 2003 este número representava 3,6 milhões, um aumento de 344%.

Para atendimentos às políticas sociais do governo, foi criado um cadastro único, e todos os programas anteriores foram unificados ao Bolsa Família.

Foi estabelecido uma parceria entre Estado e sociedade, para planejamento, execução avaliação e fiscalização, compartilhando responsabilidades e proporcionando maior transparência às ações desenvolvidas.

Podem fazer parte do programa, os interessados que apresentarem renda familiar mensal de até R\$ 140 por pessoa e registro no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), se a renda for entre R\$ 70 e R\$ 140 por pessoa só poderá ser beneficiário se

possuírem crianças ou adolescentes na idade de até 17 anos. (MDS, 2010).

Os benefícios pagos são de R\$ 22 a R\$ 200 reais, independente da região do país.

Hoje são atendidos mais de 12 milhões de famílias em todo Brasil, pelo Bolsa Família, em 2003 foi executado um total de R\$ 3,4 bilhões de reais, em 2009 este número passou para mais de R\$ 12 bilhões, destinados à ação de transferência de renda direta, sendo transferido para o Tocantins o montante de R\$ 120.451.368,00 reais, atingindo todos os 139 municípios e 144.302 beneficiários, representado conforme o Gráfico 1.

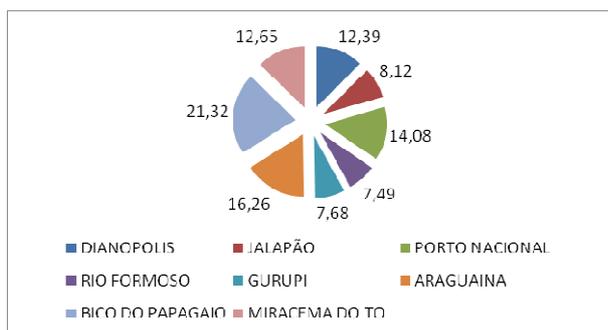


GRÁFICO 1 – Participação dos municípios do Tocantins nos recursos transferidos para o Bolsa Família.
 FONTE: Autoria própria

Resultados

A economia tocantinense tem demonstrado crescimento a cada ano, sendo sua contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) em escala nacional de 0,5% e na região norte o PIB é de 8,3%.

Nos últimos anos o Tocantins tem apresentado índices de melhoria, no gráfico abaixo demonstra o percentual do número de pessoas abaixo da linha da pobreza em 2008, que se comparado com dados de 1991, representava 69% da população, uma redução de 46%.

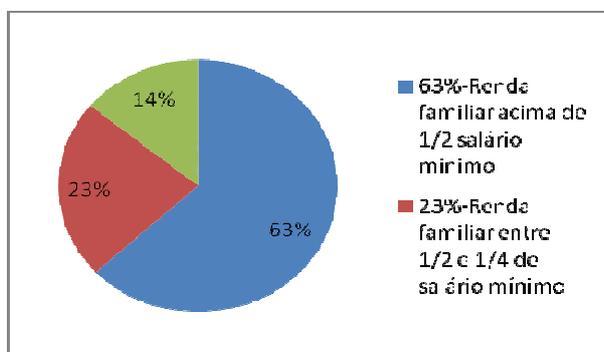


GRÁFICO 2 – Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Tocantins - 2008
 FONTE: IBGE – PNUD (2009)

Outros eixos condicionantes do programa de transferência de renda Bolsa Família, são educação e saúde. No Gráfico 3 é demonstrado um aumento na taxa de frequência e conclusão do ensino no Tocantins, nos períodos onde justamente a participação escolar se torna uma condição à continuidade do recebimento do auxílio pelo governo aos beneficiários do programa.

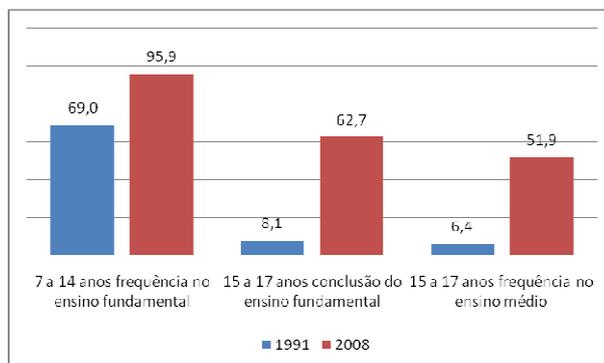


GRÁFICO 3 – Taxa de frequência e conclusão no ensino fundamental e médio do Estado 1991/2008
 FONTE: Portal ODM, (2010).

Analisando os dados apresentados na Tabela 1, o estado do Tocantins em relação aos demais estados da Região Norte, apresentou índice acima da média no quesito acompanhamento escolar de crianças de 6 a 15 anos, enquanto a média regional foi em 2008 de 83,7%, o estado apresentou 84%. Já o índice de acompanhamento escolar de adolescentes de 16 a 17 anos foi de 72,4%, enquanto a média regional 80,1%, ficando abaixo da expectativa. (MDS, 2010).

Tabela 1 – Acompanhamento Frequência Escolar Região Norte 2008

	ACOMPANHADAS	TOTAL	
RONDONIA	119.193	141.979	84,00%
ACRE	72.974	99.832	73,10%
AMAZONAS	334.281	382.140	87,50%
RORAIMA	44.008	53.807	81,80%
PARÁ	735.282	879.177	83,60%
AMAPÁ	58.836	73.203	80,40%
TOCANTINS	130.261	154.867	84,10%

FONTE: MDS (2009)

Na saúde, o Tocantins também teve destaque, apresentou um índice de 16,82% de famílias com acompanhamento no ano de 2005, passando para 68,13% em 2009, conforme Gráfico 4.

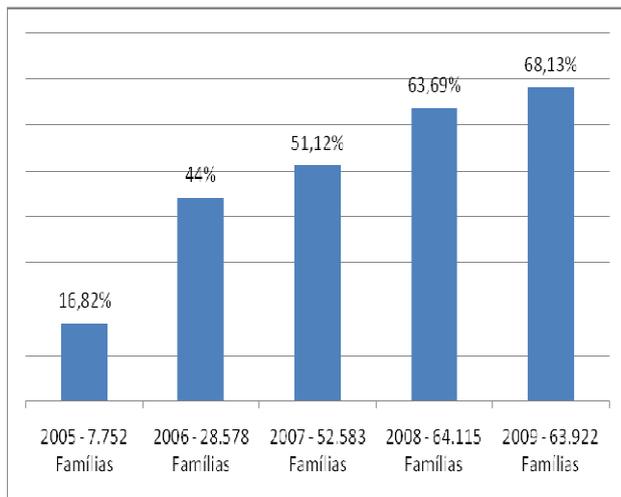


GRÁFICO 5 - Percentual de famílias acompanhadas pela Secretaria de Atenção à Saúde no Tocantins.
FONTE: DATASUS (2010)

Vários outros indicadores sociais vêm demonstrando crescimento, apesar do Tocantins ser o 15º no *ranking* entre os estados no IDH-M, em 1991 o índice era de 0,611 e 2000 foi de 0,710, apresentando significativa melhora na qualidade de vida do cidadão tocantinense, IDH-M Educação que em 1991 era 0,665 em 2000 foi para 0,826, IDH-M Longevidade em 1991 era 0,589 em 2000 0,671, IDH-M Renda em 1991 0,580 em 2000 chegou a 0,633.

A renda *per capita* média (R\$ de 2000) em 1991 era 125,9 em 2000 foi de 172,6, e o percentual de pobres diminuiu de 61% para 50,8%. (SEPLAN-TO, 2008).

Conclusão

O Estado deve se pautar pelas necessidades dos seus cidadãos, de forma que as políticas públicas sejam adaptadas à nova dinâmica social tendo como objetivo fortalecer a democracia ampliando a inclusão social.

Dentro deste contexto os efeitos das políticas sociais devem ser avaliadas e monitoradas, o crescimento econômico e a melhoria das condições sociais devem apresentar índices adequados para que exista desenvolvimento.

Conforme Ruediger e Riccio (2005) a ordem constitucional erigida a partir de 1988 eleger entre seus objetivos fundamentais a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; o desenvolvimento nacional; e a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades regionais.

Apesar da responsabilidade constitucional do Estado, no desempenho do seu papel regulador de políticas públicas, adotado por um modelo de governo de transferência direta de rendas, a sociedade como um todo deve compartilhar desta responsabilidade, através de ações que viabilize

melhor qualidade de vida da coletividade alcançando enfim o desenvolvimento sustentável, não só do Tocantins, mas de todas as regiões brasileiras.

Referências

CAVALCANTI, Bianor Scelza; RUEDIGER, Marco Aurélio; SOBREIRA, Rogério. Desenvolvimento e construção nacional: políticas públicas. In.: RUEDIGER, M. A.; RICCIO, Vicente. **O novo contrato social: desenvolvimento e justiça em uma sociedade complexa**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p.19.

DATASUS. Ministério da Saúde. **Relatório consolidado do Bolsa Família**. Acessado em 20/6/2010. Disponível: <<http://bolsafamilia.datasus.gov.br>>.

DRAIDE, Sônia. **A política Social no Período FHC e o Sistema de Proteção Social**. Revista Tempo Social. Vol. 15, n.2, Nov. 2003, p.63-101.

GIANSANTI, Roberto. **O Desafio do Desenvolvimento Sustentável**. 6ª ed. São Paulo: 1998.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família**. Acessado em: 10/jun./2010. Disponível: <<http://www.mds.gov.br>>.

MORAES, Rafael; AVILA, Rober Iturriet; SILVEIRA, S. J. C. **Políticas Sociais no Brasil Pós-Plano Real**. Acessado em: 10/06/2010. Disponível: <<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/orumbnb2009/docs/politicas.pdf>>.

PORTAL ODM. **Sínteses Estaduais: objetivos de desenvolvimento do milênio**. Acessado em: 10/06/2010. Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br/sintese-estadual-tocantins-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio-odm--bp--309.html>>.

SEMEGHINI, Ulysses C. Fundef> Corrigindo Distorções Históricas. In: CASTRO, João A. Em Aberto: **Financiamento da Educação no Brasil**. Brasília, v.18, n.74, dez. 2001. p.43-57.

SEPLAN-TO. Secretaria Estadual de Planejamento do Estado do Tocantins. **Indicadores Sócio-econômicos**. Acessado em: 10/06/2010. Disponível em: <http://www.seplan.to.gov.br/seplan/br/download/indicadores_socieconomico.pdf>.